Acervo ISA

Instituto Socioambiental

fonte: FSP class.: Ø2

data: 4/6/95 pg.: 1.24

AMAZÔNIA

População local mantém estação ecológica

Projeto experimental integra moradores na preservação e fiscalização de reserva ambiental a 550km de Manaus

ANDRÉ MUGGIATI*
Da Agência **Folha**, em Tefé

Uma reserva de preservação ambiental na floresta amazônica, com área equivalente à metade do Estado de Sergipe, é um exemplo de como a população pode integrar-se a um projeto ambientalista. A experiência vem sendo realizada na Estação Ecológica Mamirauá, a 550 km a oeste de Manaus.

A presença de moradores contraria a legislação, mas foi a alternativa que os responsáveis pela reserva encontraram para contornar a inexistência de fiscais do governo.

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), principal responsável pela fiscalização deste tipo de área, possui apenas 13 fiscais para reservas no Estado. Apenas 28% das áreas de preservação tem alguma fiscalização no Amazonas.

Mamirauá tem 1,2 milhão de hectares, na confluência dos rios Japurá e Solimões. A experiência científica abrange 200 mil ha.

O objetivo é preservar uma região de várzea, que permanece alagada durante seis meses, abrigando espécies em extinção, como o peixe-boi, o jacaré-açu e o mutum-de-crista, uma ave local.

Algumas espécies só existem lá, como o macaco uacari-branco e o macaco-de-cheiro da várzea.

O idealizador do projeto, o primatólogo (especialista em macacos) Márcio Ayres, 41, criou um sistema que estabelece parcerias entre cientistas, populações nativas, órgãos estatais e ONGs (organizações não-governamentais).

O projeto prevê a implantação de programas de saúde e educação. Em contrapartida, os moradores da área ajudam a vigiar a reserva contra invasões. São considerados invasores os barcos de pesca e os cortadores de madeira que não fazem parte das comunidades locais.

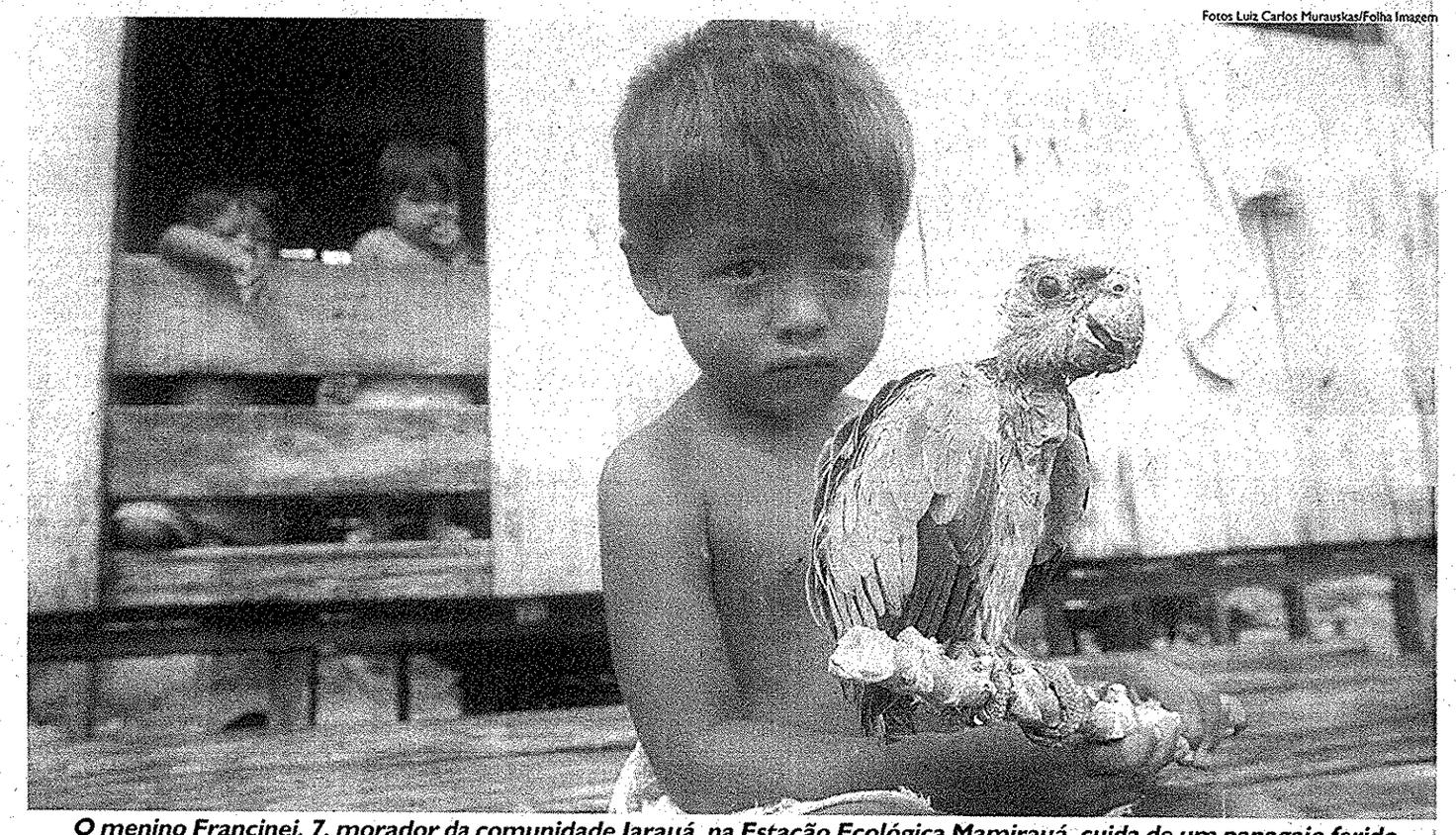
Os lagos que compõem a reserva foram divididos em três tipos: de reprodução (onde é proibido pescar), de manutenção (onde é permitida pesca de subsistência) e de exploração (pesca para comercialização). A pesca só é permitida aos moradores, mas sem redes.

"Pela lei, a população não pode pescar, mas nós toleramos", diz o biólogo Helder Queiroz.

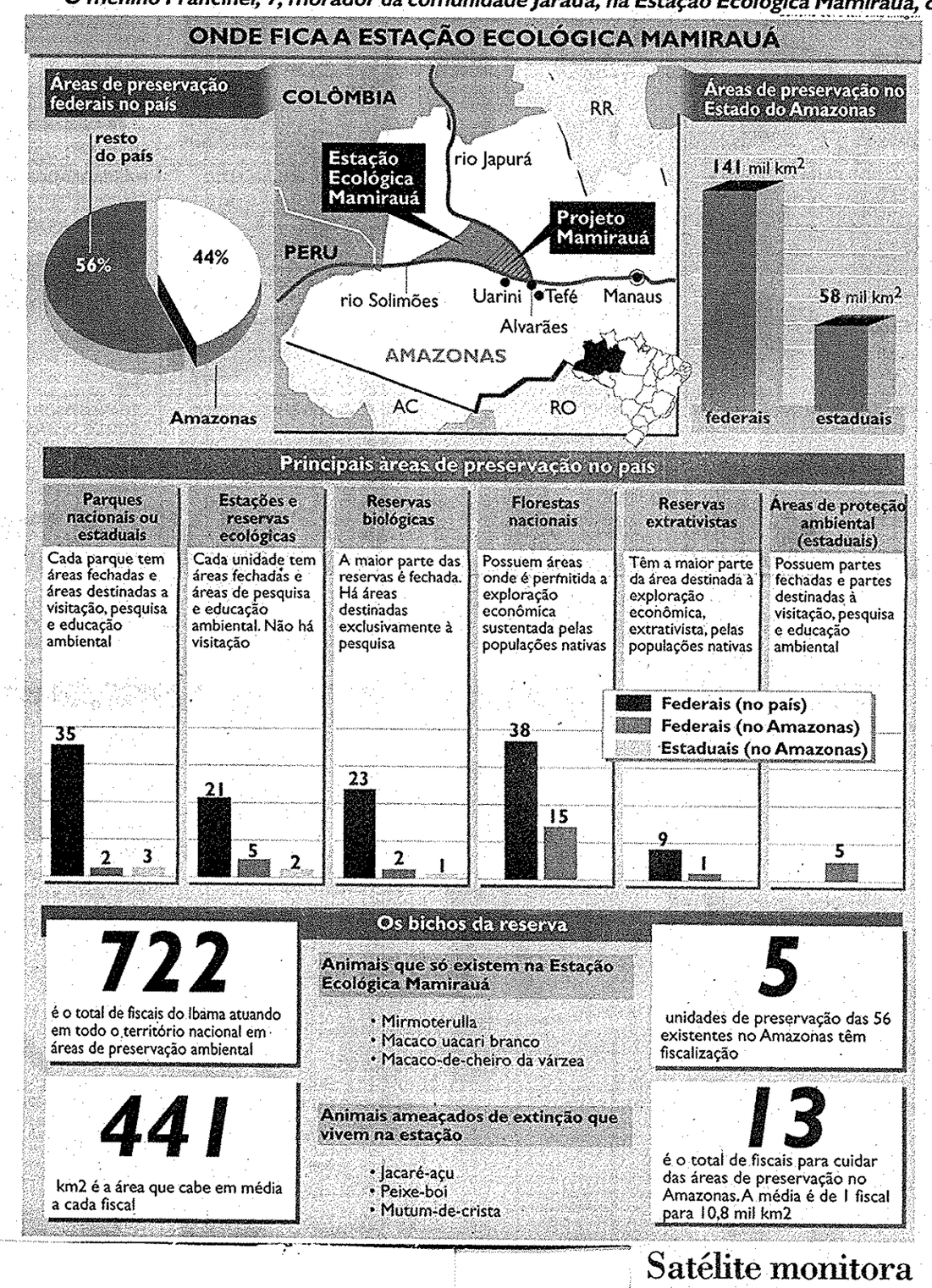
"Após a proibição, a quantidade de peixe nos lagos aumentou muito", festeja Horácio Pereira, 30, morador da região.

* Colaborou a Agencia **Folha** em Belém.

Fotos Luiz Carlos Murauskas/Folha Imagem



O menino Francinei, 7, morador da comunidade Jarauá, na Estação Ecológica Mamirauá, cuida de um papagaio ferido



Ivonete e Mineval dos Santos vão de barco visitar parentes

Moradores combatem pesca

Da Agência **Folha**, em Tefé

Quando um barco pesqueiro é localizado dentro da Estação Ecológica Mamirauá, os moradores das comunidades partem em canoas atrás do invasor e o obrigam a sair da reserva.

"A participação da comunidade fez de Mamirauá a única reserva no Amazonas que saiu do papel", diz o primatólogo Márcio Ayres.

Na cidade de Tefé, próxima à reserva, há apenas quatro fiscais do Ibama. Eles são responsáveis pela vigilância de toda a caça e pesca da área.

A infra-estrutura do projeto, com sete casas flutuantes e 20 barcos, está à disposição do Ibama. Nas casas flutuantes há um vigia permanente. Quando vê um invasor, ele aciona o Ibama pelo rádio.

Os fiscais do Ibama vão então até a reserva para prender o invasor. Para isso, usam os barcos do projeto Mamirauá.

Em caso de crime contra a fauna, como a caça de jacarés e de peixes-boi, o agressor fica preso, pois trata-se de crime inafiançável.

Mas alguns pescadores conseguem entrar na reserva com a conivência de moradores, principalmente na época da cheia dos rios.

Modelo adotado é inédito no país

Da Agência **Folha**, em Tefé

O biólogo Ângelo de Lima Francisco, chefe de Unidades de Preservação do Ibama, disse que o projeto Mamirauá é importante para saber se áreas de preservação funcionam com a presença da população na área. Segundo ele, pesquisadores alemães e japoneses defendem este modelo, que ainda não havia sido adotado no Brasil.

Outra corrente internacional segue o modelo norte-americano, que pressupõe as áreas de preservação intocadas, sem a presença do homem. A legislação brasileira baseia-se nesta concepção.

Para Francisco, a idéia funciona enquanto a população vive de culturas de subsistência, sem explorar economicamente a região.

O projeto tem repercussão internacional. A BBC inglesa e as televisões japonesa e venezuelana já fizeram documentários. Ayres recebeu a medalha de ouro da ONG inglesa WWF (Fundo para a Vida Selvagem) por seu trabalho em 1992, entregue pelo príncipe Phillip, marido da rainha Elizabeth 2ª.

Ayres afirma que já foram gastos mais de US$ 3,8 milhões com o projeto. A maior parte veio do exterior. Foram doados US$ 2,4 milhões pelo governo britânico, US$ 80 mil pela União Européia, US$ 750 mil pela WWF e US$ 500 mil pela ONG WCS (Sociedade de Conservação da Vida Selvagem). O governo brasileiro contribui com aluguéis, contas de água e luz e bolsas de pesquisa.

As verbas do projeto Mamirauá são destinadas principalmente a estudos científicos, como o monitoramento dos botos e peixes-boi.

O desenvolvimento do projeto prevê benfeitorias para as mais de 30 comunidades da área. Em Vila Alencar, o projeto-piloto, foram construídos escola, posto de saúde e poço artesiano.

Satélite monitora botos e peixes-boi

Da Agência **Folha**, em Tefé

Nos próximos dias, o Projeto Mamirauá inicia um programa para acompanhar o deslocamento de botos e peixes-boi via satélite, para estudar por onde eles andam e por que se deslocam.

O primeiro sistema usado foi o de rádio-telemetria, há dois anos. Um aparelho instalado no animal emitia sinais em VHF (sinal pouco mais potente que o das FMs).

Cada aparelho permitia acompanhar o deslocamento por até 30 km e custava US$ 300.

Os cientistas perceberam que os sinais desapareciam durante parte do ano. Isso significava que os animais saem da reserva.

Optou-se, então, pelo monitoramento por satélite. A primeira tentativa, em 94, fracassou. A próxima, prevista para este mês, será feita com dez animais. Cada aparelho custa em torno de US$ 6.000 e emite sinais de rádio captados por um satélite sobre o Pólo Norte. Enviados de volta à região, vão para o computador da sede do projeto, em Tefé, através de antenas.

Mortalidade infantil é de 16%

Da Agência **Folha**, em Tefé

A mortalidade infantil na área da reserva de Mamirauá é de 160 crianças por mil nascimentos, enquanto a média brasileira é de 50 por mil e, em países desenvolvidos, de 12 por mil.

Isso significa que 16% das crianças nascidas na região morrem antes de completar um ano.

Cada família tem em média oito filhos, a maioria com verminoses.

Os dados fazem parte do levantamento preliminar feito nas comunidades de Vila Alencar e Jarauá.

O atendimento médico dentro da área é feito por agentes de saúde —pessoas da comunidade treinadas em palestras. Nos casos mais graves, os agentes encaminham os doentes a Tefé, onde há médicos. A maioria das famílias não tem como ir até a cidade.

Não se sabe com precisão o motivo da mortalidade infantil.

Com relação às verminoses, estão sendo feitas campanhas de educação e higienização das comunidades de Vila Alencar e Jarauá. Além disso, amostras de fezes das crianças estão sendo encaminhadas para o museu Goeldi, em Belém.